

Federação alerta contra estatização

Belo Horizonte — "Estamos assistindo à agonia da empresa privada brasileira", disse o presidente da Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais, Renato Rossi, ao defender o fortalecimento do setor privado na Constituinte e advertiu sobre os riscos "de se ceder à tentação dos que desejam estatizar a economia para mais facilmente alcançarem o poder".

Ao falar na abertura dos debates realizados no auditório da FCEMG, em Belo Horizonte, entre o deputado Bernardo Cabral e empresários mineiros, Renato Rossi disse ainda que a empresa necessita ser fortalecida porque ela é a responsável pela absorção da quase totalidade de mão-de-obra nacional, além de ser seguramente a responsável pela geração de tributos.

Sandra quer proteger a vida do feto

Brasília — A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), integrante da Comissão de Sistematização, acha que a lei deve proteger o ser humano desde a sua concepção, o que, para ela, representa uma posição "avancada e progressista, de acordo com o desenvolvimento da fetologia e com o desenvolvimento científico".

Sandra Cavalcanti fez esta afirmação a sair ontem da reunião do grupo de relatores auxiliares da Comissão de Sistematização, de que faz parte, a proposta de posição do relator da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, senador José Carlos Bisol, em seu anteprojeto, segundo o qual o ser torna-se sujeito de direitos pelo nascimento com vida. Radicalmente conta o aborto, ela afirma que o dispositivo será derubado em plenário.

Indagada sobre a não limitação do número de divórcios, aprovado na mesma comissão, Sandra Cavalcanti disse que a matéria deve ser disciplinada na legislação ordinária, uma vez que na Constituição deve constar apenas se o casamento é ou não indissolúvel.

Empresários vão combater estabilidade

Porto Alegre — Os empresários do Rio Grande do Sul deflagrarão na próxima semana uma mobilização junto à Assembleia Nacional Constituinte para impedir a inclusão no novo texto constitucional da estabilidade no emprego. Jornada semanal de 40 horas de trabalho e direito irrisório de greve. O presidente do Centro das Indústrias do Estado, Luis Carlos Mandelli, convocou todos os seus associados para uma reunião no próximo dia 23 em que serão estabelecidas as formas de pressionar os constituintes contra as medidas já aprovadas na Comissão da Ordem Social.

Conforme o empresário, a comissão da Constituinte não soube avaliar corretamente os efeitos "nocivos" das medidas que aprovou sobre o setor produtivo nacional. No documento que pretendem divulgar após o encontro da próxima semana, os empresários acentuam que "o mecanismo de mercado não pode ser substituído por regulamentos legais". Mandelli acha que a garantia de estabilidade não só para os empregados como para as próprias empresas é justamente a "estabilidade econômica do País".

Autonomia, vitória dos municípios

Rio — O anteprojeto da Subcomissão de Municípios e Regiões, da Assembleia Nacional Constituinte, obteve algumas conquistas importantes para beneficiar os municípios brasileiros, como a sua autonomia em relação ao Estado e a própria União, afirmou, ontem no Rio, o deputado Aloysio Chaves (PFL/PA) — relator da matéria — ao fazer palestra para prefeitos durante o XII Congresso Nacional de Municípios.

O constituinte destacou dentro da autonomia municipal a sua organização político-administrativa envolvendo, também, a arrecadação tributária procedente da União e do Estado que será repassada aos municípios "para que eles possam atender a todos os múltiplos encargos a serem detalhados pela nova Constituição". Aloysio Chaves ressaltou, ainda, a criação de uma justiça municipal, contida no anteprojeto, que terá a finalidade de julgar as pequenas causas em processos sumariíssimos, além da implantação da justiça de paz e de menores dentro de cada município.

Capítulo da Ordem Econômica pode mudar

Conceito de empresa nacional e reforma agrária deverão receber novo tratamento

A liderança do PMDB na Constituinte ainda não decidiu se encaminhará ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, o pedido de anulação da votação na Comissão da Ordem Econômica, realizada no último sábado, feito pelo relator, senador Severo Gomes.

Antes de viajar ontem para o Rio, o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, afirmou que está estudando o assunto para identificar a conveniência política ou não do pedido de Severo Gomes. Na opinião do senador Fernando Henrique Cardoso, um dos 4 relatores adjuntos do deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, muita coisa ainda vai mudar no que se refere aos relatórios encaminhados à Sistematização.

O prazo para que a votação na Ordem Econômica

seja anulada vai até o dia 26 deste mês. No dia seguinte, o deputado Bernardo Cabral terá que apresentar um parecer preliminar sobre todos os relatórios finais votados nas Comissões temáticas.

Segundo alguns constituintes membros da Ordem Econômica, a dúvida do senador Mário Covas de levar adiante o pedido de anulação dos resultados na Ordem Econômica deve-se à carta que o deputado Ulysses Guimarães, presidente da ANC, enviou ao líder do PMDB na Constituinte no dia 12 passado, quando foram iniciados os trabalhos de votação na Comissão da Ordem Econômica. Na carta, Ulysses Guimarães, respondendo a uma consulta feita por Mário Covas a respeito da legitimidade de apresentação de emendas substitutivas integrais ao parecer do relator, entregou a decisão final ao presidente da Comis-

são, deputado José Lins, que acatou a preferência para outros substitutivos. O parecer do relator Severo Gomes não foi sequer lido na sessão.

Ainda que a votação da Comissão da Ordem Econômica não seja anulada, vários constituintes que dela fizeram parte acreditam que na Comissão de Sistematização será possível introduzir reparos importantes, especialmente com relação ao conceito de que é empresa nacional e a reforma agrária. O presidente da Comissão da Ordem Econômica, deputado José Lins, admitiu que o parecer final necessita de reparos. Disse que dado o grau de radicalismo que caracterizou os trabalhos de votação, os resultados não foram os melhores. Em sua opinião, a Comissão de Sistematização terá condições de definir um modelo econômico condizente com as necessidades do País.



Indiferentes à crise com os adjuntos, os relatores auxiliares se reúnem e dão seqüência ao trabalho

Relatório segue linha do PMDB

Durante o tempo que permanecer na Comissão de Sistematização, o projeto da nova Carta Magna receberá um tratamento político subordinado ao programa do PMDB. E mais: sendo a relatoria do órgão um cargo pertencente ao partido majoritário, somente os relatores adjuntos (Fernando Henrique Cardoso, José Ignácio, Wilson Martins e Nelson Jobim) ajudarão o deputado Bernardo Cabral a redigir o texto do projeto constitucional, ficando os oito relatores de campo encarregados meramente de negociar a proposta dentro de seus respectivos partidos.

Essas decisões foram tomadas ontem durante reunião presidida pelo deputado Ulysses Guimarães, contando com a participação do relator-geral Bernardo Cabral e de três relatores adjuntos (o senador Fernando Henrique teve que viajar para o Rio de Janeiro). O encontro serviu para

acabar com o conflito de atribuições entre os dois grupos de parlamentares recrutados por Cabral, além de atenuar as preocupações da cúpula peemedebista em relação à crescente influência conservadora que estaria sendo exercida sobre o relator.

ORDEM

Segundo avaliação de um dos participantes, a reunião de ontem à tarde foi convocada por Ulysses justamente para chamar o relator-geral à "ordem partidária". O presidente do PMDB não escondeu, durante toda a semana, sua contrariedade pelo fato de terem sido convidados a colaborar com a relatoria parlamentares de outros partidos, o que a seu ver poderia descaracterizar o trabalho de sistematização como tarefa nitidamente peemedebista.

Apesar disso, Ulysses praticamente não falou du-

rante o encontro. E nem precisou. Limitou-se a apoiar Cabral quando este garantiu que só os quatro adjuntos (todos do PMDB) seriam ouvidos no momento em que precisasse adotar decisões políticas. Já os relatores de campo, segundo ele, não interferirão na redação do projeto constitucional, restringindo-se a trazer sugestões e participar da fase das negociações.

CARA DO PMDB

Para que o projeto constitucional tenha a "cara do PMDB", como desejam os dirigentes do partido, foi estabelecida na reunião de ontem uma agenda de novos encontros. O primeiro ocorrerá na próxima segunda-feira e contará com a presença, do relator-geral e dos adjuntos, dos líderes Mário Covas, Luiz Henrique e Carlos Sant'Anna, além do deputado Ulysses Guimarães.

Nessas reuniões, o que estará em jogo serão os pontos contraditórios dos substitutivos das comissões temáticas. Afinal, como Bernardo Cabral insistiu em lembrar ontem, a Comissão de Sistematização não tem poderes para, nesta fase inicial, alterar a substância dos projetos apresentados, limitando-se a organizá-los e compatibilizá-los, se necessário.

E justamente neste ponto, o da compatibilização, que poderão surgir impasses a serem solucionados politicamente pelo relator.

Politicamente o sol o prisma do programa do PMDB. Segundo um dos adjuntos, o senador José Ignácio, nos pontos em que os projetos das comissões se chocarem caberá à relatoria optar por um dos textos propostos ou, se for o caso, por uma fórmula alternativa.

Paulinelli critica esquerda

Deputado Alysso Paulinelli (PFL-MG) declarou, ontem, que a maioria do centro da Constituinte vai assegurar a aprovação de um dispositivo na Constituição que garanta uma reforma agrária democrática e capitalista "e não uma reforma agrária destinada a desagregar a atividade produtiva no campo como querem as esquerdas brasileiras".

Paulinelli disse que não se chegou a um acordo na Subcomissão de Reforma Agrária e, posteriormente, na Comissão da Ordem Econômica porque

as esquerdas ficaram encaixeladas em uma posição de absoluta intransigência "como bem demonstrou o parecer radical apresentado à Subcomissão pelo Deputado Oswaldo Lima Filho".

DESAGREGAÇÃO

Se a Constituinte aprovasse a reforma agrária nos termos preconizados pelas esquerdas, o Brasil sofreria um prejuízo incalculável, uma vez que seria desagregada toda a sua estrutura produtiva no campo. As esquerdas desejam, segundo o ex-Ministro da Agricultura,

que se entregue um absoluto arbítrio ao Incra na definição do que é ou não é propriedade produtiva.

— Não podemos — disse — entregar ao Incra esse poder de arbítrio. O Incra é um instrumento ideológico nas mãos das esquerdas e um instrumento para desagregar toda a estrutura produtiva capitalista no nosso campo. Queremos uma reforma agrária nos moldes capitalistas e não da forma socializante e destruidora que as esquerdas querem — disse o ex-Ministro da Agricultura, criticando a ação da esquerda na Constituinte.

Banco do Brasil sai fortalecido

As propostas da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil — Anabb — tem tido boa aceitação na Assembleia Nacional Constituinte, segundo informa o presidente da entidade, José Flávio Ventrice Bercott, que tem procurado mostrar aos parlamentares que "o fortalecimento do Banco do Brasil não é uma proposta estatizante e nem corporativista", mas que pode resultar em vantagens para todo o sistema de produção, especialmente aqueles ligados à área rural e também para a área financeira, já que o BB pode funcionar como regulador do mercado.

Bercott diz que "as autoridades se queixam que não há uma entidade que faça o papel de moderador das taxas de juros, tarefa que não é feita pelo Banco Central e que sempre foi feita pelo Banco do Brasil quando a instituição era forte como agente repassador de recursos do Governo". Ele acredita que com as mudanças que já estão sendo estabelecidas pela Constituinte, o Banco do Brasil voltará a ter esse papel.

INTERESSE SOCIAL

Na Comissão de Sistema Tributário foi aprovado dispositivo que assinala que "a lei é que vai definir toda a estrutura do sistema

financeiro" e sua operacionalização. Para o presidente da Anabb, isso significa vitória, na medida em que a entidade vinha defendendo junto aos constituintes que "O Congresso é que deveria legislar sobre matéria financeira". Outro ponto destacado por Bercott no relatório desta comissão é quanto à aceitação da tese da Anabb de que "as instituições financeiras, públicas ou privadas, terão caráter predominantemente social". O Artigo 66 termina dizendo que as instituições financeiras terão que "servir aos interesses da coletividade".

No artigo seguinte o relatório também acata proposta da Anabb, quanto a nomeação de diretores do Banco Central, que segundo a entidade deve ser submetida ao Congresso Nacional. Já o artigo 71 fala que "a execução financeira do orçamento da União será efetuada pelo Tesouro Nacional, tendo como agente pagador exclusivo o Banco do Brasil." Para José Flávio este dispositivo contempla, em parte, proposta apresentada no sentido de que "as entidades públicas movimentarão suas verbas exclusivamente por intermédio do Banco do Brasil, que cuidará de sua aplicação no mercado financeiro".

Ele diz que nos próximos

contatos que manterá com os constituintes tentará mudar a expressão "agente financeiro", que é mais abrangente, pois o Banco não seria um mero pagador, podendo fazer com que esse dinheiro renda dinheiro. Nas disposições gerais do relatório da Comissão do Sistema Tributário, artigo 77, está estabelecido que "os recursos públicos destinados a operações de crédito de fomento serão transferidas pelo Banco Central do Brasil para o Tesouro Nacional no prazo de 90 dias". Diz Bercott que isto já foi previamente cumprido através de um decreto-lei baixado junto com o Plano Bresser, que modificou uma série de funções do Banco Central, que assim fica mais livre para cumprir suas atribuições de administrador da política monetária brasileira.

O presidente da Anabb diz que constituintes dos mais diversos partidos têm procurado levar adiante as propostas da entidade, daí os êxitos que têm sido constatados. "São constituintes que realmente estão somando conosco, são nacionalistas, homens e mulheres que realmente querem escrever o Brasil de amanhã, por isso que esta Constituição é julgada avançada, porque beneficia o homem", finalizou.